

O Brasil vai às urnas com fé na democracia

Hoje é dia de festa democrática. Mais de 147 milhões de eleitores foram mobilizados para escolher o novo presidente da República, 54 senadores, 513 deputados federais, 27 governadores dos estados e do Distrito Federal e 1.509 deputados estaduais e distritais.

As grandes questões nacionais e regionais entram novamente na pauta do debate em um país marcado por desigualdades sociais. As disputas são acirradas, muitas vezes duras. Mas a história revela que, para além das paixões e divergências ideológicas, as campanhas contribuíram para avanços da sociedade. Saúde, educação, segurança, transporte, meio ambiente, direitos humanos... muito está em jogo hoje quando a votação for aberta, às 8h, e fechada, às 17h. O destino do país está nas mãos dos eleitores.

147,3 milhões de pessoas se apresentam hoje para escolher presidente, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Para além das disputas e das paixões políticas, as campanhas possibilitam avanços para a sociedade

SUA EXCELÊNCIA, O ELEITOR

» LUIZ CARLOS AZEDO

Toda eleição é uma festa da democracia, uma esperança de mudança para melhor. Hoje, apesar da radicalização do processo eleitoral, não será diferente. Os brasileiros acreditam na democracia como forma de encontrar seu próprio caminho. São 147,3 milhões de eleitores aptos a votar. Eles vão escolher o novo presidente da República, 54 senadores, 513 deputados federais, 27 governadores dos estados e do Distrito Federal, além de 1509 deputados estaduais e distritais.

Desde a criação da primeira Câmara Municipal, em 1532, em São Vicente (SP), é a melhor maneira de escolher os governantes. Foi por meio desse exercício cívico, mesmo quando restrito ao Parlamento, que a democracia se impôs plenamente. Por duas vezes, em 1945 e 1989, renasceu das cinzas, com eleições livres e diretas para a Presidência da República.

Independentemente das paixões políticas e ideologias, as eleições têm possibilitado avanços político-institucionais, econômicos e sociais à sociedade brasileira. A agenda nacional depende da construção de maiorias e consensos políticos. De certa forma, desde a eleição de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, em 1985, o povo brasileiro é o protagonista desses avanços.

Tancredo não chegou a tomar posse, o governo Sarney revogou o entulho autoritário e constituintes eleitos dotaram o país de uma Constituição cidadã que, na sexta-feira, completou 30 anos. A partir daí, a agenda nacional avançou, graças às eleições. Collor de Mello, o primeiro a ser eleito pelo voto direto, mesmo renunciando ao mandato para evitar o impeachment, deixou como legado a abertura da economia ao comércio mundial, essencial diante da globalização. Itamar Franco, o vice que assumiu seu lugar, com o Plano Real, enfrentou o problema da hiperinflação. Fernando Henrique Cardoso, grande artífice da política de estabilização monetária, eleito presidente da República, nos seus dois mandatos, realizou um grande programa de reformas do Estado, com as privatizações.

Coube ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, dar sequência a esses avanços, combater as desigualdades regionais e promover, com o Bolsa Família, uma política de inclusão social dos mais pobres. Entretanto, duas tarefas da agenda nacional não foram enfrentadas: a reforma da Previdência e a elevação da produtividade da economia, principalmente da indústria. Cabe à presidente Dilma Rousseff dar conta dessas reformas.

A mudança de rumo na economia, porém, com a adoção de uma "nova matriz econômica" voluntarista, pôs tudo a perder. A recessão e a inflação, além do descontrole fiscal, levaram Dilma ao impeachment. O vice Michel Temer, que assumiu a Presidência, herdou uma crise tríplice — econômica, ética e política — e as reformas

ficaram no caminho. A reforma trabalhista foi aprovada, mas a da Previdência subiu no telhado.

A operação Lava-Jato atingiu todos os grandes partidos, o governo Temer e o Congresso. Lula foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, está preso e foi proibido de disputar as eleições pela Lei da Ficha Limpa. Além de interromper as reformas, a crise resultou num país dividido, radicalizado, decepcionado e embrutecido. Três anos de recessão e um ano de baixo crescimento levaram ao desemprego milhões de brasileiros, agravaram o desenvolvimento desigual e as iniquidades sociais, elevaram os índices de violência. Hoje, vão às urnas 12,9 milhões de desempregados, o que corresponde a 12,3% da força de trabalho do país.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), atualmente, 11,2% da população brasileira, ou seja, 23,3 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza, com renda média de R\$ 232 ao mês. Entre 2014 e 2017, a pobreza cresceu 33%, atingindo 6,3 milhões de pessoas. O primeiro sinal dessa regressão veio em 2014, ano da reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff: houve redução de 58% na geração de empregos, que caiu de 1,49 milhão de vagas para apenas 623 mil empregos formais. Foi o pior resultado desde

1999. De dezembro de 2014 até o primeiro trimestre de 2017, já no governo Temer, foram oito trimestres de queda do PIB, a maior recessão da história do país.

O Brasil está numa gangorra. Após dois anos de retração, a economia voltou a crescer em 2017, porém, sem gerar empregos na escala necessária. O governo, devido à dívida pública, não tem recursos para investimentos. E o dólar sobe em razão da taxa de juros americana e da guerra comercial entre China e EUA. O país está dividido. A região Sudeste, a mais rica do país, que concentra 43,3% dos eleitores, e o Nordeste, com 26,6%, tomam rumos opostos na disputa eleitoral. As desigualdades sociais alimentam a desesperança e o ódio, contra a esperança e a razão. Entretanto, democracia é o melhor remédio para os males da nossa sociedade. Temos uma tradição de eleições limpas e pacíficas. A vontade do eleitor é soberana, não pode ser afrontada. Qualquer que seja o resultado da eleição, um bom governo é uma construção política democrática, que começa com voto secreto e direto. Quando o Brasil vai às urnas, o poder está nas mãos de Sua Excelência, o eleitor!





» MAPA ELEITORAL

TOTAL DE ELEITORES		
147.302.357		
» MASCULINO	69.901.037	(47,45%)
» FEMININO	77.337.919	(52,50%)
» NÃO INFORMADO	63.401	(0,04%)

POR REGIÃO		GRAU DE INSTRUÇÃO		
CENTRO-OESTE	10.747.116	» Analfabeto	6.574.111	(6,80%)
NORDESTE	39.222.149	» Ensino fundamental completo	10.030.148	(6,80%)
NORTE	11.533.833	» Ensino fundamental incompleto	38.063.892	(25,84%)
SUDESTE	63.902.501	» Ensino médio completo	33.676.853	(22,86%)
SUL	21.396.031	» Ensino médio incompleto	24.864.061	(16,88%)
EXTERIOR	500.727	» Lê e escreve	13.147.187	(8,92%)
		» Não informado	56.359	(0,03%)
		» Superior completo	13.576.120	(9,21%)
		» Superior incompleto	7.313.626	(4,96%)

Fonte: Cadastro Eleitoral do TSE